

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA: POR TRABALHO E VIDA DIGNA, EM BUSCA DE CIDADANIA

Carlúcia Maria Silva¹

¹Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais/Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves (FaPP/CBH/UEMG). E-mail: carlucia.maria@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação trabalho, economia solidária e desigualdades de gênero e de raça, a partir da experiência de catadores e catadoras associados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sua articulação sociopolítica e interfaces entidades de apoio e fomento e gestores públicos. A pesquisa buscou compreender as interfaces construídas com entidades de apoio e fomento e gestores públicos os processos organizativos desses trabalhadores e níveis de participação na implementação da Política de Resíduos Sólidos. Os dados levantados possibilitaram verificar desafios e dilemas vivenciados por esses trabalhadores e trabalhadoras, o trabalho associado à luz da economia solidária, bem como as relações sociais de gênero e raça. O estudo apontou o protagonismo desses trabalhadores da reciclagem, em sua maioria mulheres negras, mães e/ou avós chefes de família, que no trabalho constroem sociabilidades, conciliam o cuidado da casa, dos filhos e/ou netos e transformam o lixo em ferramentas de cidadania. Neste protagonismo foi possível visualizar também dilemas e desafios em suas lutas por dignidade, trabalho decente e cidadania.

Palavras-chave: Trabalho. Economia Solidária. Resíduos Sólidos. Desigualdades. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho descortina uma nova questão social desencadeada com a crise da sociedade salarial e as metamorfoses sociais consequentes da perda da condição de assalariado. Vários estudos apontam que a partir da crise da sociedade salarial perde-se a inserção na condição de assalariado e o desemprego torna-se a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. Um processo central “comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capital moderno” em que a “desestabilização dos estáveis”, marcada pela descontinuidade do trabalho, torna-se a base fundante e o desemprego, a precarização do emprego se insere na dinâmica da modernização. (CASTEL, 1998, p. 526). Nova/antiga questão social que no processo modernizador

carrega consigo a mesma amplitude e complexidade daquela instaurada no início da Revolução Industrial.

As novas configurações no mundo do trabalho reafirmam e difundem situações precárias anteriores, porém, legitimadas. Precarização decorrente das condições de trabalho, cujas condições, ritmo e jornada do trabalho impactam os trabalhadores na sua capacidade organizativa. Uma inserção laboral diferenciada tanto no que diz respeito aos salários, quanto aos benefícios; que nega direitos, deteriora as condições de trabalho, precariza vínculos e/ou estabilidade no emprego. Relação de precariedade e imprevisibilidade que passa a ter um caráter estrutural, de modo que as consequências das condições do mercado e seu impacto negativo na vida dos trabalhadores se intensificam, sobretudo em determinados setores e categorias profissionais, no que diz respeito à sua capacidade de resposta e/ou mobilização. Novas configurações que se desdobram em transformações sociais e econômicas, elevam o desemprego e a redução da renda dos pobres urbanos. Pobreza que, segundo Marques (2010) e Silva (2009), muitas vezes é associada não apenas à inserção precária no mercado de trabalho, mas também no acesso ao espaço urbano, restando a esses grupos vulneráveis, a ocupação em áreas relativamente homogêneas e distantes. Isolamento social, privação econômica e segregação socioespacial são as consequências mais frequentes.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo no final do século XX, possibilitaram o aumento do poder econômico de camadas privilegiadas, bem como novos sistemas alternativos de produção e controle do trabalho. No entanto, percebe-se também o aprofundamento das desigualdades sociais e de processos de exclusão, contribuindo assim para um maior distanciamento entre proteção social e inserção laboral. Cresce o número de trabalhadores na condição de “prestadores de serviços”, sem vínculo empregatício, nem estabilidade, despojado de segurança e proteção social. Trata-se, portanto, de uma nova economia urbana que acirra mais ainda as desigualdades. Novas/antigas configurações do trabalho marcadamente atípico, que contraditoriamente passa a ser caracterizado como políticas públicas no combate ao desemprego e a pobreza, “não somente caracterizados pela nova informalidade, mas também por atividades, cujos contratos se diferenciam do paradigma do trabalho assalariado a tempo integral, estável e protegido” (NEVES, 2011, p. 3).

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis se inserem neste contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal, são estigmatizadas por viverem em condições precárias, alheias aos padrões de sociabilidade estabelecidos pelas classes privilegiadas e dependentes de serviços sociais. Vistos como perigosos, são superexplorados como mão de obra barata em ações sociais direcionadas à contenção de seus supostos efeitos negativos, e não na resolução da matriz geradora de desigualdade social, subdesenvolvimento e subcidadania.

Na visão de Silva (2008) e Silva (2014), esses homens e mulheres sempre foram excluídos do mercado de trabalho, pois no nascedouro da nova ordem econômica e social, se viram entregues à própria sorte. E assim, carentes de participação social e política, desprovidos de organização familiar e vínculos comunitários, restam-lhes apenas o exercício de ocupações degradantes, própria de sua condição escravocrata anterior. Argumenta Souza (2003), que a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Nesta lógica é possível compreender as razões pelas quais, aos catadores e catadoras de recicláveis, pobreza e marginalidade social são legados que lhes cabem como herança histórica, reafirmada no abandono tanto por parte dos antigos senhores de engenhos e de escravos, como também das instituições sociais e políticas.

O presente trabalho analisa a organização de catadores e catadoras de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, marcada por desigualdades de gênero e de raça. As reflexões aqui apresentadas resultam de acompanhamento a grupos de catadores organizados em associações e cooperativas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e da observação direta sobre articulações construídas com entidades de apoio/fomento e gestores públicos e suas estratégias de lutas. Os resultados apontam o fortalecimento da identidade laboral desses trabalhadores enquanto agentes ambientais, a consciência do direito a ter direitos e a ressignificação do lixo em ferramentas de cidadania. Apontam também a necessidade do fortalecimento da luta política em torno da consolidação da tecnologia social da reciclagem solidária, enquanto política pública e seus desafios frente a tecnologias

que tendem a eliminá-los da cadeia produtiva da reciclagem. O artigo apresenta a seguinte estruturação: além da introdução e das considerações finais, discorreremos sobre a economia solidária e seus desafios, a partir da experiência de catadores e catadoras de recicláveis associados e sua exclusão histórica.

2 TRABALHO E DESIGUALDADES DE CATADORES DE RECICLÁVEIS COOPERADOS E INTERFACES POR TRABALHO, DIGNIDADE E CIDADANIA

Os catadores de recicláveis fazem parte do cenário das ruas de nossas cidades. Um grupo de trabalhadores bastante numeroso, que, de acordo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) se encontra tanto nas ruas, quanto nos lixões, organizados ou não em cooperativas ou associações e muitas vezes sobrevivem “em situação de vulnerabilidade social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, 5). Uma presença diária em busca da sobrevivência muitas vezes adquirida no recolhimento e venda de materiais recicláveis. A resolução da matriz geradora das condições excludentes em que esses homens e mulheres se encontram, e seus processos relacionados à desigualdade social, subdesenvolvimento e subcidadania não são potencializados. Direitos historicamente negados, cuja negação se reflete também nas condições de acesso ao mercado de trabalho e trabalho decente.

Viver na rua e sobreviver do lixo torna-se um cenário comum na cartografia das cidades. Os catadores de recicláveis se fazem presentes mundialmente e denunciam o caráter global da exclusão social. Uma exclusão perversa e dramática, em que milhares de pessoas que se encontram entre as camadas sociais marginalizadas, são caracterizados como indigentes e mendigos, quando não classificados como ladrões, infratores ou bandidos. Sobrevivendo do que é descartado nas ruas, frequentemente são alvos de operações higienistas na “limpeza social” promovidas pelo poder público, na tentativa de mascarar a cidade e dar visibilidade ao que é convencionalmente belo. Eles, os recicladores, na condição em que se encontram desmascaram a “beleza das cidades” e seu afinho em esconder suas chagas. A essas pessoas restaram apenas lixeiras, ruas e guetos e é neste lugar que constroem relações sociais e comerciais. De acordo Bhowmik (2002) o trabalho é

predominantemente exercido por homens e mulheres, os quais são considerados como lixo, passíveis de eliminação e frequentemente estão entre as principais vítimas de operações higienistas realizadas pelo poder público.

O trabalho da reciclagem é por muitos considerado asqueroso e degradante, pois, remete ao que é “sujo”. Esses trabalhadores, em sua maioria afrodescendente, nem chegaram a se integrarem no mercado de trabalho formal, uma vez que historicamente sempre estiveram – e ainda continuam - excluídos de oportunidades, de participação sociopolítica, carregam consigo o estigma de sua condição socioeconômica e as consequências da histórica exclusão. Ainda nesta reflexão, vale ressaltar também que as condições de trabalho e moradia desses trabalhadores estão relacionadas e remete à compreensão da divisão social do trabalho. Neste sentido é possível compreender a relação discriminação, segregação socioespacial e o preconceito de muitos, em relação às periferias e aglomerados, sob o argumento de que são espaços de gente mal afamada, malandros, sujos e preguiçosos.

A história dos catadores de recicláveis envolve transformações relacionadas ao reconhecimento da função social do seu trabalho e de formas de organização coletiva. Estudos apontam que as primeiras associações e cooperativas de catadores surgiram no Brasil no final da década de 80 e se multiplicaram posteriormente. A luta desses homens e mulheres, por trabalho e cidadania ganha força com a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001 e uma série de reivindicações são pleiteadas, dentre elas, o reconhecimento e pagamento pelos serviços prestados na coleta seletiva. No caso de Minas Gerais, mais especificamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, várias associações de catadores de recicláveis iniciaram processos de organização em redes de associações e cooperativas, visando maiores oportunidades e melhores condições de participação no mercado de recicláveis e a Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Colar Metropolitano e Estrada Real, popularmente conhecida como a Rede Cataunidos surge neste contexto.

2.1 Trabalho em rede de catadores de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte¹:

A Rede Cataunidos é uma central de associações e cooperativas, que agrega trinta e três empreendimentos de catadores de recicláveis. Criada em 2001, com o apoio de organizações não governamentais, esta Rede foi se consolidando a partir de um longo e lento processo de abordagem a catadores e catadoras, grande parte deles pessoa em situação de rua. A abordagem a esses homens e mulheres iniciada nos finais dos anos 1980 possibilitou vários encontros e bate-papos, inicialmente realizados debaixo de viadutos e marquises. Aos poucos, a construção de novos vínculos fortaleceu a confiança, a partir do diálogo e do relato de experiências marcadas por perdas e frustrações no duro aprendizado em lidar com as coisas da vida. O resgate da autoestima fortaleceu o desejo de participação e assim, muito lentamente, esses trabalhadores foram revelando desejos que se transformaram em propostas coletivas. A ideia de um empreendimento social é norteadada pelos princípios e valores do cooperativismo, da autogestão e da economia solidária e se consolida com o objetivo de promover melhores condições de trabalho, aumento da renda e melhoria na qualidade de vida. Este trabalho em rede se concretizou em 2001, tendo como meta principal a produção e a comercialização. Além das questões logísticas e operacionais, a formação política, o fortalecimento da cidadania e lutas por reconhecimento também foram se incorporando às suas metas.

Atualmente a Rede Cataunidos conta com trinta e três associações de catadores de recicláveis distribuídos em três unidades: a Unidade Metropolitana de Belo Horizonte, com treze empreendimentos; a Unidade Centro-Oeste, com catorze e a Unidade Estrada Real, com seis empreendimentos. A estrutura organizativa e distributiva dos municípios da Rede Cataunidos, tem na proximidade geográfica um dos critérios de agrupamento, tendo em vista aproveitar a logística no transporte e comercialização de material reciclável. Além do critério de proximidade, buscou-se também ter em conta o apoio recebido do poder público municipal e da comunidade. A Sede da Rede Cataunidos está no município de Belo Horizonte e é na Unidade Metropolitana de Belo Horizonte que se encontra o maior número de associados.

¹Rede Cataunidos: nome fantasia da Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Colar Metropolitano e Estrada Real.

A Rede Cataunidos e o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) são contemporâneos. A fundação do MNCR é concretizada em Brasília, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras, tendo como documento final a Carta de Brasília. Segundo relatos de lideranças da Rede Cataunidos e do MNCR a década 2000/2010 é marcada por conquistas e acesso às políticas públicas de inclusão socioeconômica, dentre as quais o reconhecimento da profissão Catador de Materiais Recicláveis e sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações² (CBO), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por eles muito valorizada.

Ainda nesta década, em 2003 é instituído o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais recicláveis (CIISC) composto por representações do Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Em 2006, o Decreto N° 5.940/2006 (BRASIL, 2006) instituiu a Coleta Seletiva Solidária e no ano seguinte, em 2007, através da Lei nº 11.445/2007, permitiu ao poder público municipal contratar em seu município, cooperativas de catadores de recicláveis para coleta de resíduos sólidos, com dispensa de licitação. Três anos depois, em 2010, além da Instrução Normativa N° 1, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional foi sancionada a lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

² Documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às mudanças ocorridas no cenário econômico, sociocultural e alterações estruturais no mercado de trabalho nos últimos anos. A CBO é instituída por Portaria Ministerial e tem por finalidade identificar as ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. O reconhecimento foi efetivado por meio da portaria 397, de 09 de outubro de 2002, sob o código 5192-05. A denominação da profissão catador, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - Código 5192 é trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável. A regulamentação da profissão foi realizada por lei apreciada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

A aprovação e sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) marcam o início de uma forte articulação institucional e seus desafios, envolvendo a União, Estados, municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos. A Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010b), a partir de uma visão ampla e sistêmica, lança um novo olhar sobre o desafio da sustentabilidade e o problema do lixo urbano. Marcada por princípios, objetivos, diretrizes e metas para a gestão dos resíduos sólidos determina sua implementação em todos os municípios do território nacional. Ainda nesta reflexão, consagra o viés social da reciclagem e a participação formal de catadores organizados em cooperativas; estabelece como um de seus objetivos, a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Art.7º) (BRASIL, 2010b). Ao estabelecer as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos (Arts. 1º e 4º), obriga o Poder Público a realizar o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos - nos níveis federal, estadual, regional e municipal - com seus programas, projetos e ações delineadoras, tendo em vista a construção de estratégias e soluções técnicas e econômicas. Este Plano deverá ser elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de consultas e/ou audiências públicas, tendo em vista, além de sua implementação nos municípios, a articulação política entre os governos, a cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil, de modo a realizar ações conjuntas e intersetoriais na construção de alternativas frente aos problemas socioambientais.

A logística reversa³ é elemento fundamental e a partir do princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos, envolve não somente o poder público, mas também fabricantes e consumidores, distribuidores e comerciantes. Vale destacar também que o produtor de resíduos – seja na esfera pública ou privada, deverá elaborar seu plano de gerenciamento, o qual deverá ser encaminhado ao Poder Público, informando a destinação dada aos resíduos que gera. Um dos aspectos fundamentais no novo marco legal é a meta de acabar com os lixões e ao proibir os chamados “lixões”, obriga o poder público municipal a

³ Por logística reversa, entende-se “um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento ou outra destinação ambientalmente adequada” (Lei 12.305/2010, art. 3º, XII). (BRASIL, 2010b)

construir aterros sanitários ambientalmente adequados, de modo a receber apenas os rejeitos.

Os serviços urbanos de coleta seletiva, reciclagem, limpeza da cidade e economia de aterros há muito tempo vem sendo realizados gratuitamente pelos catadores, razão pela qual a Rede Cataunidos entende tratar-se de uma política pública, que exigirá previsão orçamentária para o pagamento pecuniário aos catadores. Trata-se de uma antiga reivindicação do MNCR, marcando assim não somente o reconhecimento pelos serviços prestados, mas também o reconhecimento da coleta seletiva enquanto política pública de trabalho e renda. Somando-se a isso, os catadores destacam os benefícios sociais do trabalho em redes, uma vez que as associações e cooperativas de catadores, em sua maioria são formadas por pessoas com baixa escolaridade, saúde precária e outras características incompatíveis com as exigências do mercado formal de trabalho. No entanto, chama a atenção ao fato de que, não obstante a Lei reconhecer a particularidade das associações, este diferencial é desconsiderado, uma vez que são estabelecidas novas exigências às organizações contratadas, a partir de critérios muitas vezes incompatíveis às reais condições dos empreendimentos.

Para Silva e Oliveira (2013), além de trabalho, as iniciativas de catadores objetivam também recuperar pessoas. A articulação destes dois “produtos” – se é que podemos chamar assim, talvez seja a característica fundamental que mobiliza a luta deste movimento social, que não se apresenta, obviamente, sem contradições. As tensões e conflitos decorrentes deste dilema são vivenciados cotidianamente na organização do trabalho, na construção das regras e na gestão dos empreendimentos. Para Oliveira (2010), trata-se um dilema permanente e fundamental da Economia Solidária e na medida em que o atendimento às exigências referentes à contratação dos empreendimentos tenta “enquadrá-los” em modelos incompatíveis com suas realidades, estabelecendo metas e padrões rígidos de produção e prestação de serviços, os conflitos tendem a se agravar, aumentando a precariedade das condições de trabalho e excluindo, mais uma vez, pessoas com maior grau de vulnerabilidade.

De acordo Santos e Dias (2012), a geração de resíduos representa, na sua gestão, grandes desafios e as tecnologias como a incineração, normalmente eufemizadas ou encobertas em conceitos genéricos como “tecnologias de aproveitamento energético”, ganham força e são permitidas na PNRS. Segundo os

catadores de recicláveis da Rede Cataunidos, as parceiras público privada (PPPs) expressam tais desafios e frente às complexidades da gestão dos resíduos urbanos, cada vez mais são apresentadas como soluções e alternativas aos problemas relacionados à falta de investimentos públicos e às supostas incapacidades do Estado para a gestão dos resíduos. As variáveis econômico-financeiras são mais valorizadas entre os critérios estabelecidos para a seleção, muitas vezes desconsiderando a possibilidade de desenvolvimento social, os riscos à saúde pública e mesmo a preservação ambiental. E como se não bastasse, a mobilização da sociedade em torno da discussão destas questões tem sido cada vez mais dificultada, em função dos aspectos pouco inteligíveis à maioria da população. A linguagem tecnicista adotada nos processos supostamente públicos de participação popular prejudica o debate, pois restringe as discussões e reforça a ideologia tecnocrática. Assim, embora sejam realizadas consultas e audiências públicas, a participação da sociedade nos processos de discussão e decisões torna-se cada vez mais restrita.

Contrariando defensores de tecnologias de incineração, autores como Varella (2011), Matias (2005) e Nunes e Matias (2003), têm salientado que existem ainda muitas controvérsias sobre as reais possibilidades de controle dos impactos negativos destas tecnologias. Além disso, tais tecnologias de incineração concorrem diretamente com os programas de coleta seletiva e a reciclagem, na medida em que sua viabilidade requer a queima de materiais com alto poder calorífico, como os recicláveis. Assim sendo, tais projetos de destinação final, propostos através das PPPs expressam o poder do capital neste setor e comprometem a implementação de projetos que fortaleçam a coleta seletiva solidária. Para eles, os catadores, a tecnologia social da coleta seletiva solidária é mais eficiente e, portanto, a melhor alternativa.

É nessa perspectiva que a Rede Cataunidos e outras redes de organizações de catadores do Estado de Minas Gerais tem promovido reuniões, encontros, seminários e debates, buscando compreender melhor as oportunidades, limites, ameaças e desafios da PNRS. No entanto, a dinâmica de organização e gestão das cooperativas de catadores de recicláveis não é um processo simples. O funcionamento e a produtividade nestes empreendimentos, segundo Silva e Oliveira (2013) e Oliveira (2010), requerem integração dos aspectos técnicos e sociais, a conexão dos vários elos da cadeia de reciclagem e a capacidade organizativa dos catadores. A fase inicial de organização do empreendimento, bem como os períodos

em que há um número maior de novos associados, exige de todos investimento afetivo, - além de investimento físico, no sentido de construir coesão no grupo a despeito de suas diferenças, de maneira que o permitam produzir coletivamente. Assim, o crescimento de uma cooperativa ou associação não é um processo que não se dá, por assim dizer, “da noite para o dia”. Além das condições internas para o funcionamento dos empreendimentos, o acesso dos trabalhadores aos recicláveis é condição fundamental para assegurar a viabilidade do trabalho.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA

Originária de organizações populares e sociais, a economia popular solidária ganha crescente importância nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho e emprego e suas consequências para os trabalhadores. São vários os estudos afirmando que as experiências de economia solidária decorrem da crise do trabalho, consequente da reestruturação produtiva e capitalista que reduziu postos de trabalho e salários, potencializou a subcontratação, a terceirização e a flexibilização, substituindo assim relações formalizadas de emprego por novas e diversas modalidades de contrato de trabalho.

Estudos desenvolvidos por Silva (2009) e Silva (2014) apontam que a economia popular solidária recobre uma realidade heterogênea e diversa de iniciativas e motivações. Carrega consigo uma dupla tarefa: superar os limites colocados pela ordem econômica vigente e avançar na construção de novos parâmetros de organização e articulação. Subsiste nessas iniciativas uma tensão fundamental entre o possível e o desejável, uma vez que muitos de seus trabalhadores se encontram em condições precárias e sem trabalho. Essas iniciativas compõem a chamada “economia submersa”, constituídas em grande parte por mulheres, migrantes, negros, pessoas com deficiência física ou mental, idosos, adolescentes, pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional que se refugiam na informalidade.

No campo da reciclagem, segundo Georges e Leite (2012) e Neves (2012) essas iniciativas são constituídas por grupos historicamente excluídos, socialmente vulneráveis e economicamente discriminados, providos de baixa escolaridade e desqualificados para o mercado de trabalho, o que de certa forma obstaculiza o crescimento de seus empreendimentos. O desemprego está na raiz dos problemas

sociais e agrava as condições da pobreza. Ainda nesta reflexão, a economia solidária resulta da intensidade de fenômenos conjunturais, decorrentes da abertura indiscriminada do mercado brasileiro às importações e da adoção de uma política nacional de altas taxas de juros intensificados no início dos anos 1990. Nesse sentido, Kemp (2008) argumenta que “as iniciativas do associativismo econômico emergem justamente por se tratar de uma resposta muitas vezes de urgência ao grave problema do desemprego” (KEMP, 2008, p. 23).

No caso dos empreendimentos de catadores de recicláveis da Rede Cataunidos é notória a presença feminina e mulheres negras e pardas. Elas criam estratégias próprias de atuação, pactuam metas, horário de chegar, de sair, definem quem será o líder e, em geral, têm confiança absoluta em suas lideranças. O fato é que no trabalho associado tanto os homens quanto as mulheres reconstroem a identidade pessoal e profissional. Interessante observar que a maioria das lideranças das organizações de catadores associadas à Rede Cataunidos/Unidade Metropolitana são mulheres, fortes lideranças que direcionam os processos de fortalecimento, organização e mobilização de seus empreendimentos. Uma presença qualificada, marcada pelo empoderamento de si e consciência participativa. O poder da liderança das mulheres se faz presente desde sua origem. Muitas dessas mulheres iniciaram a tarefa da catação de recicláveis ainda na infância. Algumas delas têm trajetória de situação de rua e nos lixões, outras já trabalharam com carteira assinada. Todas têm orgulho do trabalho que fazem.

Estudos recentes sobre a informalidade numa perspectiva de gênero vêm pautando a necessidade de repensar a informalidade, uma vez que atividades formais e informais marcam um novo padrão nas relações de trabalho. Araújo (2012), Araújo e Lombardi (2013), Georges e Leite (2012) e Neves (2012), dentre outros autores entendem que a chamada “nova informalidade” deixa de representar algo transitório e se constitui formas heterogêneas definitivas de relações de trabalho. A ausência de oportunidades no mercado contribui para que esses trabalhadores demitidos e sem possibilidade de retorno - mesmo possuindo boa qualificação e escolaridade - passem a integrar-se ao grande número de trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem outra forma de inserção no mercado de trabalho. E no caso das mulheres, estas se encontram segregadas em ocupações desprotegidas, mal remuneradas e instáveis, confirmando assim a permanência de uma hierarquia de gênero e de cor. Nesta

mesma direção, sustentam Araújo e Lombardi (2013), que não obstante o crescimento de oportunidades de trabalho formal nos últimos 10 anos, estudo comparativo com base nos dados da PNAD 2001-2009 demonstraram que “novamente constata-se que as negras continuam a ganhar menos, quaisquer que sejam suas credenciais de escolaridade ou o segmento do mercado de trabalho em que se insiram, em razão da imbricação de duas discriminações ativas, a de gênero e a de raça” (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 471).

A raiz escravocrata permanece e os dados da desigualdade por raça/cor se fazem visíveis e reafirmam a inexistência de uma democracia racial. Nesse sentido é possível compreender a forte presença de mulheres pobres e negras no trabalho doméstico remunerado e não remunerado, uma vez que essas mulheres não tiveram acesso à educação de qualidade e, mais do que às outras, vivenciam relações desiguais marcadas pela ausência de proteção, subordinação e violações de direitos. Vale destacar também que a grande maioria dessas mulheres são beneficiárias titulares de programas assistenciais e ações afirmativas.

Não obstante aos avanços e conquistas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, as mulheres pobres enfrentam no seu cotidiano, a dificuldade em conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, dificuldade em acessar programas sociais e políticas públicas, sobretudo políticas públicas voltadas para a preservação da vida dessas mulheres. Cresce a mortalidade de mulheres negras, evidenciando assim a desigualdade e marginalização decorrentes de “sua condição de gênero e seu pertencimento étnico-racial (SILVA, 2013, p. 252). Pobreza e exclusão que segundo Bandeira e Melo (2005) colore a geografia racial. Interessante observação feita por Xavier e Werneck (2013) sobre o papel reprodutor da mulher negra na sociedade capitalista, uma vez que nas condições em que essas mulheres se encontram, paradoxalmente reproduzem novos pobres, que por sua vez, na reprodução do trabalho estão condenados à reprodução e ampliação de sua condição escravocrata anterior.

Esta constatação vem de encontro aos dados apresentados pelo IPEA (2013) sobre a situação social dos catadores de recicláveis no Brasil. Segundo este estudo 66,1% dos catadores e catadoras são negros e negras, ou seja, de cada três catadores, dois têm a pele negra. Tomando dados do CENSO 2010 que apontava como negros e pardos um percentual de 52% da população brasileira, é interessante perceber que

no estudo do IPEA (2013) “o percentual dessa população na atividade da catação é superior ao total de negros da população brasileira” e que no caso de Minas Gerais, o percentual de pretos e pardos chega a 69,7% contra 30,3% de brancos e outros. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, 12).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho informal e precário, desencadeado pela crise da sociedade salarial, marcado pela diversidade e descontinuidade, agora se apresenta sob diferentes formas de flexibilização. Neste cenário, trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho, permanecem na informalidade, submersos no trabalho precarizado e em condições de extrema vulnerabilidade e é neste trabalho que se constroem saberes, resgatam sonhos e recuperam energias. Ações, intervenções e interações em busca de trabalho, novos direitos e reconhecimento em que a participação nos processos de implementação da PNRS prenuncia um novo passo na organização dos catadores de materiais recicláveis, novos caminhos e possíveis proposições para os empreendimentos da Rede Cataunidos. E ainda que se reconheça a PNSR como uma oportunidade para essas organizações de catadores é necessário realçar que ela, por si só, não assegura a participação efetiva dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem. Se não forem oportunizadas aos empreendimentos, reais condições de trabalho e adequada participação, mais que oportunidade, a Política Nacional de Resíduos Sólidos tornar-se-á uma grande ameaça.

Inúmeros são os desafios e não obstante as condições de vulnerabilidade em que se encontram, esses trabalhadores buscam formas de superá-los e avançar. Dificuldades no cotidiano que os mantêm em permanente busca de denunciar o discurso “politicamente correto” de preservação ambiental e sustentabilidade planetária adotados, discurso muitas vezes que encobre injustiças sociais e precariza mais ainda a vida daqueles que historicamente sobrevivem em condições de desvantagens. No entanto, a participação dos catadores na cadeia produtiva de reciclagem não é o ponto de chegada, uma vez que o mercado tende a atrair empresas capitalistas para atuarem na cadeia da reciclagem, inclusive na coleta seletiva, consolidando assim, o risco de que os catadores ocupem um lugar

subalterno, que sirva para vender a imagem de responsabilidade social de empresas e governos com as quais estabelecem parcerias.

Priorizar a reciclagem e as condições efetivas para o estabelecimento da logística reversa são elementos importantes e constitutivos de uma construção coletiva, pautada na consciência de cidadania. Esses homens e mulheres estão convencidos da dignidade do serviço que prestam à sociedade em geral e se consideram base de sustentação da cadeia produtiva da reciclagem. Do “lixo” tiram o sustento para si e os seus familiares e são desafiados não somente a autogerir o empreendimento, mas também a assumir o controle da cadeia produtiva da reciclagem. Reafirmam também, a necessidade de criar e/ou fortalecer redes de comercialização, enquanto estratégia para melhorar a lucratividade na venda dos materiais recicláveis e fugir dos atravessadores. Entendem que o desenvolvimento de inovações tecnológicas de baixo custo, ou seja, novas tecnologias na coleta e tratamento de materiais recicláveis, através de métodos autogestionários, possibilitarão para os integrantes de suas associações e/ou cooperativas maior inserção social e econômica, e à sociedade em geral, um serviço à sustentabilidade planetária.

A consciência de progresso, melhoria da autoestima e senso de gratidão é patente. No entanto, sem negar sua importância, fica visível o fosso das desigualdades, a ausência de ativos basilares de oportunidades e capacidades elementares promotoras de cidadania e democracia participativa. A eles, mais especificamente, a elas, lhe são possibilitados apenas o básico exigível na dinâmica cotidiana da sobrevivência. Contudo, é inegável que estas iniciativas, embora frágeis trazem consigo o potencial emancipador de trabalhadores, que a duras penas reinventam mecanismos de inserção socioeconômica e produtiva, participativa e política; lutas por reconhecimento e emancipação social. É importante salientar que a trajetória desses trabalhadores é marcada por perdas e exclusões. No entanto, no trabalho associado e cooperado que realizam fica perceptível a busca de construir novas relações, coesão social, pertencimento. Ações e interações que se desdobram em outros processos, tendo em vista deslegitimar desigualdades, combater a naturalização de diferenças e fronteiras sociais, fortalecer a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 135-172,

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisas**, v.43, n.149, p. 452-477, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 02 jun.2014.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **A pobreza e as políticas públicas de gênero no Brasil**. Santiago: CEPAL, 2005. (Série Mujer y Desarrollo)

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudo de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002, p.369 – 400.

BRASIL. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm> Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 out. 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm> Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de ago. de 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 12 set.2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 611.

GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 13-30, 2012.

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Fortalecimento da Rede Cataunidos e Adesão dos demais EES da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Cataforte – Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2010.p 120. (mimeo).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acesso em: 16 fev. 2014.

KEMP, Valéria Heloísa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.) **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 23-48, 2008.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES Isabel P. H; LEITE,

Márcia de Paula. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 227-269, 2012.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, Centro de Estudos da metrópole, 2010. p. 215.

MATIAS, M. “Não nos lixem”: A luta contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos nos arredores de Coimbra. SANTOS, B.S.(Org.) **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 323-349.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho atípico. In: CATTANI, Antonio D.; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev e amp. Porto Alegre: Zouk, 2011.

NUNES, J.A.; MATIAS, M. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65, maio, p.129-150, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. **Processos de trabalho e produção de vínculos sociais: eficiência e solidariedade na triagem de materiais recicláveis**. 118f. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves (Org.). **Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia popular solidária na região metropolitana de Belo Horizonte: observações, percepções e papéis de agentes**

mediadores e de atores sociais. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Carlúcia Maria. **Trabalho, cidadania e reconhecimento: a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis na RMBH**. 2014. 395f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Carlúcia Maria; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Participação dos Catadores de materiais recicláveis na política nacional de resíduos sólidos e seus desafios. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2013. São Paulo. USP. **Anais...** Brasil, São Paulo: USP, 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995 a 2005. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.) **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 201-224, 2008.

SILVA, Nilza Iraci. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editio Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, p. 247-255, 2013.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, São Paulo, n.59, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 11 ago.2011.

VARELLA, C. V. S. **Revirando o lixo: possibilidades e limites da reciclagem como alternativa de tratamento dos resíduos sólidos**. 2011. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma**

década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edito Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, p. 257-277, 2013.